

Greve da Polícia Civil indigna o cidadão

» MARIANA BRANCO

A paralisação da Polícia Civil afastou a população das delegacias. Os poucos que estiveram nas unidades policiais do Distrito Federal reclamaram do movimento grevista, que chegou ontem ao terceiro dia. O *Correio* percorreu Taguatinga, Ceilândia, Samambaia, Núcleo Bandeirante, Asa Norte, Paranoá e Sobradinho e deparou-se com a maioria das departamentos vazios. Era raro encontrar um cidadão tentando registrar uma ocorrência. A paralisação começou às 18h da última quinta-feira.

A artesã Luciene Almeida Ribeiro, 46 anos, foi uma exceção. Como não sabia da greve dos policiais civis, no fim da manhã de ontem, foi à 24ª Delegacia de Polícia (Setor O)

e tentou denunciar que alguém estaria fazendo compras no nome dela. “Perdi os meus documentos há algum tempo e, na época, fiz boletim de ocorrência. Mas agora estão chegando cobranças na minha casa. Vim fazer um novo registro, senão vou ter que pagar tudo”, lamentou Luciene, que recebeu uma fatura no valor de R\$ 120.

Na unidade policial, entretanto, uma agente informou que não poderia ser aberta a ocorrência. A orientação que Luciene recebeu é que situações de menor potencial ofensivo, como furtos e extravios, devem ser registradas no site da Polícia Civil (www.pcdf.df.gov.br). A artesã, no entanto, queixou-se de não ter acesso à rede mundial de computadores. “Não tenho internet, nem sei mexer com essas

Gustavo Moreno/CB/D.A Press



A artesã Luciene não conseguiu registrar ocorrência em Ceilândia

coisas. Acho um absurdo, pois tem greve todo ano”, criticou.

Assembleia

Até o término da paralisação, os agentes atenderão somente a

casos graves, como homicídio e estupro. Policiais ouvidos ontem pela reportagem disseram que as equipes estão registrando também flagrantes feitos pela Polícia Militar, além de transportar presos para a carceragem do

Proteção

A Lei nº 11.340/2006 aumenta o rigor das punições em casos de agressões contra as mulheres, ocorridas em ambiente doméstico ou familiar. A legislação possibilita que os acusados sejam presos em flagrante e não tenham direito ao cumprimento de penas alternativas, como prestação de serviços à comunidade. A lei também aumenta o tempo máximo de detenção de um para três anos, prevê proteção policial para a mulher e a proibição de que o agressor se aproxime dela.

» Reivindicações

Confira o que pedem os policiais civis:

- » Reestruturação de carreira
- » Reajuste salarial de 13%
- » Aumento no efetivo
- » Plano de saúde subsidiado
- » Pagamento de passivo financeiro

reclamaram da quantidade reduzida de policiais por plantão. Na 15ª DP (Ceilândia Centro), um policial disse que o serviço de transporte de vítimas de morte natural para o Instituto de Medicina Legal (IML) não está sendo feito durante a greve. “A própria família tem que levar”, declarou.

Uma assembleia para discutir os rumos do movimento está prevista para a próxima quinta-feira. A categoria reivindica o cumprimento de pontos de um acordo assinado com o governo local em abril deste ano (**leia quadro**).

Departamento de Polícia Especializada (DPE).

Na 12ª Delegacia de Polícia (Taguatinga Centro), o chefe do plantão informou que denúncias ligadas à **Lei Maria da Penha** serão aceitas. Os agentes da unidade